



NOTAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DE JARAGUÁ DO SUL (SC)

*João Victor Moré Ramos*¹³⁵
*Leticia Giordani Maass*¹³⁶

RESUMO

Rompendo com as correntes metodológicas em geografia econômica que não articulam conceitualmente a questão do Estado [território] com a política do espetáculo [sociedade] negligenciando a objetividade de ambas no desenvolvimento de uma determinada formação sócio-espacial, esta pesquisa em andamento procura investigar as transformações recentes de uma cidade média (Jaraguá do Sul) que hoje se configura como o 3º PIB industrial do Estado de Santa Catarina, e possui um parque fabril diversificado, sobretudo no setor têxtil e vestuário, como também em equipamentos de materiais elétricos, que tem a WEG como empresa com forte inserção no mercado internacional.

Palavras-chaves: Industrialização; Desenvolvimento Econômico; Jaraguá do Sul; WEG

1

Quando Marx chamou atenção, no prefácio da primeira edição de *O Capital*, “quanto à investigação desinteressada” que foi abandonada “pelos espadachins a soldo”, substituindo “a investigação científica imparcial” pela má consciência, ou seja, por “intenções da apologética” (MARX, 2017, p.86), ou até mesmo Antônio Gramsci (2005), ao escrever em suas cartas que os cientistas são sempre “desinteressados” (GRAMSCI, 2005, p.179), e que a forma sordidamente judaica que considera “o comportamento teórico como autenticamente humano” não compreende a práxis, pois esta, “só é apreendida e fixada em sua forma... suja”, estavam ambos a endossar o rigor ao método do materialismo histórico e suas infinitas possibilidades de combinar as duas vias de transição ao capitalismo (revolucionária ou prussiana) assinalada por Lenin (1977; 1980;

¹³⁵ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – e-mail: jaumbgood@gmail.com

¹³⁶ Estudante do Curso Técnico Integrado em Química – IFSC – Campus Jaraguá do Sul – Centro email: leticagiordanimaass@gmail.com



1985), próximas, por assim dizer, do método histórico-genético de A. Cholley (1964) para os estudos geográficos.

Com efeito, é nesta seara do pensamento geográfico que a temática da industrialização tratada pela geografia brasileira mereceu ao longo do século XX grande destaque nas pesquisas e nos debates, ganhando força a partir dos anos 1950, com o surgimento do novel centro dinâmico da economia brasileira assinalado por Celso Furtado (1959) em *Formação Econômica do Brasil*. Durante esse período, o Brasil passou a internalizar com mais força e intensidade o ritmo de acumulação de seu ciclo endógeno, batizado por Ignacio Rangel (1980) de juglarianos brasileiros, consolidando assim, o conhecido processo de substituição industrial de importações amplamente divulgado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (Bielschowsky, 1996).

Ora, nesse período é conhecido o pioneirismo dos geógrafos brasileiros, como é o caso dos paulistas Pasquale Petrone em “As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão”, e D. Lino de Mattos com seus trabalhos sobre “Os fatores da industrialização de São Paulo” (1957) e “O Parque Industrial paulistano” (1958), que muito antes dos sociólogos e economistas, já despontavam nos estudos da industrialização, destacando o papel fundamental dos imigrantes nas iniciativas predominantemente industriais.

Já da década de 1960 em diante, é preciso lembrar que a continuidade dos estudos sobre o processo de industrialização no Brasil coube ao geógrafo Armen Mamigonian (1986) o papel de avançar sobre o aprofundamento das iniciativas desempenhadas pelo papel da pequena produção mercantil anteriormente destacadas por Pierre Monbeig em “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo (1998)” e “As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista (1953)”, como também em L. Waibel em “As zonas pioneiras no Brasil (1955)”, pesquisas estas que, todavia, procuraram decifrar os fatores que levaram a gênese e ao desenvolvimento do capitalismo no país.

É daí que Mamigonian pode engendrar uma agenda de pesquisas sobre a indústria no Brasil Meridional¹³⁷, percebendo que a acumulação primitiva que se multiplicou pelas áreas pioneiras provocando “um desenvolvimento da função comercial e industrial, tanto das capitais regionais, quanto dos novos patrimônios” (Monbeig, 1984, p.347) se

¹³⁷ A referência utilizada como Brasil Meridional aqui se dá a partir dos trabalhos de Delgado de Carvalho, quando ainda o Estado de São Paulo, no início do século XX, se configura inserido na região Sul do Brasil. Para mais informações ver C. M. Delgado de Carvalho, “O Brasil Meridional - Estudo Econômico sobre os estados do Sul: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1910), Trad. Ana G. Mamigonian. Florianópolis: IIR/GCN/UFSC, 2016”.



assemelhava as condições do *self made man* trazidas pelos imigrantes, que na maioria dos casos se apresentavam como “capitalistas sem capital”, conseguindo se inserir por etapas no mercado local, regional e posteriormente nacional.

Desde 1958, com a publicação do pioneiro Atlas de Santa Catarina que fora organizado pelo Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Mamigonian (1958, p.88) seguindo os rastros de Peluso Jr. em “Tradição e Plano Urbano”, pode trilhar as primeiras diferenciações sociais a partir do “Habitat” promovido pelos tipos de colonização tanto açoriana quanto a germânica, esta última que deu origem ao desenvolvimento industrial a partir da colônia D. Francisca (1851) “organizada pela Kolonisationsverein von Hamburg, e a colônia Blumenau (1850), no médio Vale do Itajaí-Açu”, com a iniciativa particular do Dr. Hermann Blumenau.

Disso resultou posteriormente, uma série de trabalhos como “Brusque: estudo de geografia urbana e econômica” publicado pelo “Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, ano XIII, n.3 e 4, 1960, p.46-50”; “Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau” publicado pela “Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.3, jul./set.1965, p.389-482”; “Notas sobre o processo de industrialização no Brasil” publicado pelo “Boletim do Departamento de Geografia, Presidente Prudente, n. 2,1969, p. 55-63”; “O processo de industrialização em São Paulo” publicado pelo Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.50, 1976, p.83-102”; bem como o capítulo que versa sobre a Indústria no “Atlas de Santa Catarina (1986)” onde procurou constatar a partir de um profundo exercício dialético sobre a industrialização catarinense, que nem toda a indústria nascia do artesanato, como também nem todo artesanato se transformara em indústria.

Mas adiante, e como forma de compreender os desdobramentos da indústria catarinense, Mamigonian (2011), procurou compreender os fenômenos que levaram ao paradoxo do binômio “dinamismo/estrangulamento”, pois mesmo que no panorama geral a indústria em Santa Catarina continuou se desenvolvendo acima da média nacional, houve uma série de estrangulamentos em importantes setores industriais que acabaram sofrendo as consequências das políticas neoliberais promovidas pela abertura comercial sem planejamento dos anos 1990.

Com efeito, é preciso reter aqui, que antes mesmo da multiplicação de estudos referentes a temática da industrialização ao longo da segunda metade do século XX, a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas - carregada de uma forte dose de otimismo na opinião pública - já havia estimulado intelectuais e porta-vozes da burguesia agroexportadora derrotada, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr., entre outros a rever suas posições (Mamigonian, 2015).

Se Caio Prado Jr. (1945), historiador de sólida formação geográfica, tecia de forma introdutória alguns breves comentários sobre a industrialização brasileira em “História Econômica do Brasil”, é no debate travado entre o industrial R. Simonsen (1939), arguto defensor da industrialização quando elaborou a “Evolução Industrial do Brasil”, e E. Gudín (1978), defensor de um Brasil agrário-exportador conforme assinalou em “A controvérsia do planejamento da economia brasileira”, que as tendências prós e contras sobre a industrialização são claramente evidenciadas e que não cessaram até hoje.

Aliás, diante da contrarrevolução neoliberal dos anos 1990 a cargo dos governos Collor e FHC, a temática da industrialização sofreu um influxo e, conseqüentemente, sua última etapa do desenvolvimento urbano-industrial, que a rigor, se encontrava e ainda hoje se encontra na concessão dos serviços de utilidade pública à iniciativa privada, isto é, no setor de equipamentos e infraestruturas urbanas, acabou por ser adiada pelas políticas cíclicas impostas pelo FMI e pelo Consenso de Washington, a saber, o tripé macroeconômico ancorado no câmbio flutuante, na meta fiscal e na inflação (Mamigonian, 2019).

Diante desse impasse, nas duas primeiras décadas do século XXI foi instalado no debate sobre a industrialização uma verdadeira onda pessimista por grande parte da intelectualidade brasileira, sobretudo na categoria dos cientistas sociais (economistas, sociólogos, geógrafos, engenheiros, etc.), que deixaram-se levar ora pelo “Mito da Globalização”, conforme assinalou P. Hirst e G. Thompson (1998), ora pela cooptação ideológica, autopromoção individual justamente identificado por F. Wheen (2007) em “Como a Picaretagem conquistou o mundo”. Houve, portanto, por assim dizer, um



abandono do compromisso social que até então estava enraizado nas orientações das pesquisas de interesse nacional presentes tanto nas instituições públicas como privadas¹³⁸.

Por outro lado, é curioso observar que entre 1930 a 1980, a intelectualidade brasileira, mesmo em suas diversas tendências e controvérsias políticas, foi capaz de levar as últimas consequências o papel da dialética da capacidade ociosa durante o intenso processo de industrialização (Rangel, 1980), isto é, soube identificar os setores sub-capitalizados e super-capitalizados em cada decênio brasileiro, promovendo as inversões necessárias e rompendo escalonadamente os nós-de-estrangulamento da economia brasileira, que hoje se encontra, todavia, estacionado nos setores de infraestrutura urbana (ferrovias, rodovias, hidrovias, aerovias, saneamento, energia, etc.).

Ora, foi justamente nesse período em que o Brasil foi capaz de montar seu parque industrial completo, com a edificação dos setores de engenharia, mecânica e petroquímica pesada durante o 1º e 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (Governo Geisel), colocando o país como a segunda economia mais dinâmica do mundo no século XX, isto é, multiplicou sua produção industrial por 26 vezes, só atrás da União Soviética que havia crescido no mesmo período 37 vezes (Rangel, 1991).

Ademais, vale lembrar que, além do extraordinário crescimento industrial, o país vivenciou uma brutal urbanização galopante, quando foram introduzidas nas cidades brasileiras uma faixa de dois milhões de novos cidadãos. Se antes, nas primeiras etapas do processo de industrialização, o fenômeno da urbanização pode acompanhar *pari passu* os ciclos juglarianos, fornecendo materiais e equipamentos urbanos necessários ao suprimento das infraestruturas das cidades, é com a ampliação do projeto de integração nacional pelas vias da rodoviarização que emergiu o descompasso entre o binômio industrialização/urbanização. Logo, a dissolução do complexo rural e a penetração do capitalismo no campo ao promover a (des)ruralização da sociedade inserindo gigantescos excedentes populacionais nas cidades brasileiras, fez com os setores de infraestruturas urbanas e regionais fossem estranguladas.

¹³⁸ Nesse último triênio pós-pandemia Covid-19, parece que os ventos estão mudando de direção, com o anúncio pelo governo Lula de promover entre o período de 2024-2033 investimentos na ordem de 300 bilhões de reais – via BNDES -na promoção da neointustrialização brasileira fomentando “as cadeias agroindustriais sustentáveis, o complexo econômico e industrial da saúde, os setores de infraestruturas, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis, bioeconomia, descarbonização e segurança energética, além da transformação e transição ao mundo digital na indústria. Para mais informações ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/entenda-o-programa-nova-industria-brasil>.



É nessa seara que o Brasil durante os anos 1990, interrompeu sua possibilidade de resolver os gargalos gerados pelos nós-de-estrangulamento no setor de infraestruturas, retardando os maciços investimentos nos setores carentes já assinalados, ampliando as desigualdades regionais e fazendo com a economia brasileira partisse para sua reprimarização e desindustrialização, cujas privatização da economia acabou sendo transformada em meras negociatas conforme denunciou Aloysio Biondi (2014) em “O Brasil Privatizado”.

Assim, diante dos desafios impostos pelos nós de estrangulamento no setor de infraestruturas e das tarefas de se engendrar uma nova equação econômico-financeira substituindo a concessão de serviços de utilidade às empresas públicas para a concessão de serviços a iniciativa privada, isto é, privatização dos grandes e novos serviços públicos a serem construídos e ao mesmo tempo a estatização do financiamento dos mesmos, cabe aqui retomar o debate sobre os caminhos da industrialização brasileira no século XXI a partir do caso de uma cidade industrial catarinense, isto é, Jaraguá do Sul.

Afinal, é sobre o binômio privatização/estatização que será possível edificar as novas bases de sustentação da última etapa da industrialização brasileira alicerçada sob novas e maciças emissões de moeda (Reais), lastreadas pelos bens materiais (capital fixo) das empresas privadas concessionárias dos novos serviços de utilidade pública a serem construídos. Ou seja, o Estado dever-se-á tornar credor-hipotecário dos investimentos na área estrangulada da infraestrutura brasileira.

3

Já é fato consumado na *intelligentsia* brasileira que a crise instalada no país pelas políticas neoliberais de R. Reagan nos anos 1980 encerrou o ciclo de substituição de importações pela abertura comercial (des)planejada (Mamigonian, 2018) e ocasionou a desindustrialização prematura da economia nacional ao longo das quatro décadas subsequentes (Oreiro e Feijó, 2010; Morceiro e Guilhoto, 2023). Daí que, durante esse período, os setores industriais passaram por uma ampla reestruturação produtiva como forma de sobreviver às fusões e aquisições de grandes conglomerados estrangeiros, ao passo que as economias regionais foram inseridas em uma nova divisão territorial do trabalho (Santos, 2001).

No caso da grande região Sul, que desde os anos 1980 passou “a integrar o centro dinâmico do sistema industrial, capitaneado por São Paulo” (Mamigonian, 2011, p.83), em 2021, manteve-se consolidado no conjunto industrial brasileiro com a participação de 21,6%, com destaque para o Paraná que passou do 5º lugar 7,6% (2010) para ocupar a 4ª posição 7,9% (2021) no lugar do Rio Grande do Sul 7,8% (2021). Por outro lado, Santa Catarina, mesmo ocupando a 6ª posição 5,9% (2021), se apresentou o Estado mais dinâmico industrialmente tendo crescido em valores absolutos sua participação no decênio 2011-2021 em 213%, seguido do Paraná 165% e Rio Grande do Sul 150% (Tabela 1).

Ora, vale lembrar que esse dinamismo industrial de Santa Catarina se reflete na diversificação regional da indústria (27,5% do PIB) pelo Estado, muito embora, a região do Vale do Itajaí e do Norte Catarinense se destaca pelas maiores concentrações populacionais (45,5%), com forte aglomeração urbana da qual os setores industriais e logísticos de alta sofisticação tecnológica somente nas cidades de Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul participam com “23,3% do PIB Industrial do Estado” (Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina, 2022, p.27).

Tabela 1 - Participação industrial e populacional dos Estados no total brasileiro em porcentagem - IBGE

| | 1940 | | 1980 | | 2000 | | 2010 | | 2021 | |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | Ind. | pop. | Ind. | pop. | Ind. | pop. | Ind. | pop. | Ind. | pop. |
| São Paulo | 43,5 | 17,4 | 52,8 | 21,0 | 45,3 | 21,8 | 38,9 | 21,6 | 31,5 | 21,0 |
| Minas Gerais | 6,7 | 16,4 | 8,6 | 11,2 | 9,7 | 10,5 | 10,4 | 10,3 | 12,1 | 9,6 |
| Rio Grande do Sul | 9,8 | 8,1 | 7,1 | 6,5 | 9,1 | 6,0 | 8,4 | 5,6 | 7,8 | 5,1 |
| Rio de Janeiro | 23,9 | 8,8 | 10,3 | 9,5 | 7,3 | 8,5 | 7,9 | 8,4 | 8,3 | 7,5 |
| Paraná | 2,1 | 3,0 | 5,0 | 6,4 | 6,4 | 5,6 | 7,6 | 5,5 | 7,9 | 5,4 |
| Santa Catarina | 1,8 | 2,9 | 4,0 | 3,0 | 4,4 | 3,2 | 4,7 | 3,3 | 5,9 | 3,6 |
| Bahia | 1,4 | 9,5 | 3,4 | 7,9 | 3,9 | 7,7 | 4,4 | 7,4 | 3,6 | 6,6 |

Fonte: Adaptado pelos autores. Mamigonian (2011). IBGE. Pesquisa Industrial Anual/Censo Demográfico 2021.

Curiosamente, das três cidades mais industrializadas acima assinaladas, Jaraguá do Sul se apresentou em 2022 como a cidade na qual o setor industrial é predominante (45,12%), seguidas de Joinville (35,47%) e Blumenau (27,19%) (Fiesc, 2024a). Tanto o é, que em matéria de empregados por setor econômico, Jaraguá do Sul se destaca por ter



majoritariamente os empregos destinados ao setor industrial com 52,39%, enquanto Joinville se apresenta com 36,21% e Blumenau 35,06%.

Por outro lado, relativizando os dados acima apresentados, e considerando os dados populacionais, visto que na hierarquia urbana, Jaraguá do Sul se apresenta como uma típica cidade média (184.579 hab.), menor, portanto, que Blumenau (366.418 hab.) e Joinville (604.708 hab.) em termos populacionais, e com seus respectivos empregos formais diretos (74.215), (144.608) e (232.931) no ano de 2022, Jaraguá do Sul tem se despontado com um PIB/per capita (R\$65.295) superior ao de Blumenau (R\$56.155) e inferior a Joinville (R\$74.531) - cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2024a).

Ora, mais adiante, se tomarmos alguns indicadores de concentração e desigualdade de riquezas, sabe-se que o Estado de Santa Catarina, comparado entre todos os entes da Federação, se apresenta como o Estado mais equilibrado, conforme seu índice Gini de 0,418, - o menor da série de 2023.

Com efeito, se nos determos nas análises da renda média da população, é possível perceber que Jaraguá do Sul, entre as três cidades industriais acima assinalada, se destaca como o 4º município do Estado de Santa Catarina (R\$2392,79), só atrás de Florianópolis, Joaçaba, e Balneário Camboriú, e afrente de Blumenau, 5º colocado (R\$2269,16), e Joinville em 8º com (R\$1990,80). Mesmo a renda média dos Declarantes como também o Patrimônio Líquido Médio dos Declarantes, Jaraguá do Sul apresentou em 2020 indicadores superiores respectivamente (R\$9552,67) / (R\$449.234,12), a Joinville (R\$8031,21) / (R\$275.813,11) e Blumenau (R\$8523,27) / (R\$344.457,80) (FGV Social/CPS, 2020).

Além disso, é preciso notar, que no último triênio enquanto a balança comercial do Estado de Santa Catarina manteve-se em déficit, a balança comercial de Jaraguá do Sul permaneceu superavitária - R\$292,21 milhões em 2023 - prevalecendo as exportações sob as importações, movidas, sobretudo, pelo setor de equipamentos elétricos, que participou com 66,68% das exportações (Fiesc, 2024b).

Vale lembrar, que atualmente, o setor de equipamentos elétricos em Jaraguá do Sul ocupa a 2ª posição na geração de empregos formais com 11.150 trabalhadores, sendo que deste total, 95,13% estão empregados nas empresas de grande porte (Fiesc, 2024c), como é o caso da WEG. Hoje, essa empresa brasileira que possuiu uma presença global com 52 parques fabris espalhados por 15 países, com aproximadamente 40.000



funcionários e 5 mil engenheiros, se apresenta como a 5ª empresa mais valiosa do Brasil (valor de mercado – R\$176 bilhões), só atrás da Petrobras, Itaú-Unibanco, Vale, e Ambev, quando atingiu o faturamento de R\$32 bilhões em 2023.

Curiosamente, mais da metade da receita da WEG é gerada no mercado externo, com a fabricação de motores elétricos, grandes equipamentos de geração de energia, além de uma gama de produtos industriais, ocupando 45% o mercado da América do Norte, onde concorre diretamente com os grandes conglomerados estadunidenses da General Electric, Emerson Electric e Rockwell Automation; já na Europa ocupa 26% de sua receita internacional concorrendo diretamente com a empresa alemã Siemens, a francesa Schneider Electric, e a suíça ABBA; por outro lado, tem ampliado seu mercado na Ásia, com 8% de sua receita, rivalizando diretamente com a empresa japonesa Mitsubishi Electric e a chinesa Wolong Electric.

Trocando em miúdos, a empresa atualmente se encontra na 5ª posição do ranking de motores elétricos na Ásia e no Pacífico, atrás da ABBA, Siemens, Toshiba, e Nidec, e na 4ª posição nos motores de corrente alternada; já na África e no Oriente Médio, com a produção de motores de partida, encontra-se em 3º lugar, só atrás da Eaton e Emerson, bem como na América do Norte, encontra-se posicionada em 2º lugar, na produção de motores de indução somente atrás da Schneider Electric.

Ao fim e ao cabo, mesmo com todo o potencial gerado pela fabricação de equipamentos elétricos da WEG em Jaraguá do Sul e no mundo, é preciso não esquecer o papel que o grande setor (têxtil, vestuário, confecção, couros, etc.) desempenha ainda hoje município, com empresas líderes nos segmentos. Hoje o setor têxtil é o maior responsável pela geração de empregos na cidade de Jaraguá do Sul, com 13.879 postos de trabalho concentrados nas empresas de grande porte como (Malwee, Marisol, Lunelli, Live, entre outras), formando um grande polo regional com inserção no mercado nacional.



Referências

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3.ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- CARVALHO, C. M. D. **O Brasil Meridional - Estudo Econômico sobre os estados do Sul: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1910)**. Trad. Ana G. Mamigonian. Florianópolis: IIR/GCN/UFSC, 2016.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**.n.179 (1ª parte, p.139-145), n.180 (2ª parte, p.267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p.139-145 e 267-276.
- GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
- FIESC - **Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina**. Santa Catarina. Indicadores do Observatório FIESC - dados consolidados anualmente do Perfil de Municípios. 2024a. Disponível em <https://observatorio.fiesc.com.br/paineis/perfil-dos-municipios> Acesso em 19 de jun. 2024.
- FIESC - **Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina**. Santa Catarina. Indicadores do Observatório FIESC - dados consolidados anualmente do Comércio Exterior. 2024b. Disponível em <https://observatorio.fiesc.com.br/paineis/comercio-exterior> Acesso em 19 de jun. 2024.
- FIESC - **Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina**. Santa Catarina. Indicadores do Observatório FIESC - dados consolidados anualmente da RAIS (Registro Anual de Informações Sociais). 2024c. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/paineis/empregos-e-estabelecimentos> Acesso em: 019 de jun. 2024.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FGV Social/CPS. **Onde estão os ricos? Municípios 2020**. Disponível em https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm Acesso 09/09/2024.
- GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**, v2: 1931-1937. Tradução Luís Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA. **Atlas da competitividade da indústria catarinense 2022** / Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina. - Florianópolis: IEL/SC,2022.
- LENIN, V. I. **Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5ª Ed. russo t.11 pp 1-131. Lisboa: Avante, 1977a.
- LENIN, V. I. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.
- LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAMIGONIAN, A. O Habitat. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. (Org.) Monteiro, C. A de F. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. IBGE. Conselho Nacional de Geografia. Diretório Regional de Santa Catarina, 1958.
- MAMIGONIAN, A. Brusque: estudo de geografia urbana e econômica, **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.3 e 4, 1960, p.46-50
- MAMIGONIAN, A. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, jul./set.1965, p.389-482
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim-Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n.2, p.55-63, 1969.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.50, p.83-102, mar. de 1976.



ANAIS do 5º Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social
O MUNDO ATUAL: TRANSFORMAÇÕES NA GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL
Foz do Iguaçu 12 a 17 de agosto de 2024

- MAMIGONIAN, A. Indústria. In: SANTA CATARINA. GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- MAMIGONIAN, A. (Org. et al) A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In. **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis: GCN/UFSC, 2011.
- MAMIGONIAN, A. Conferência de Encerramento: Intérpretes do Brasil: Ignacio de Mourão Rangel e Celso Furtado. In: CORRÊA, D. S.; NETO, J. V. F.; LUEDMANN, M. da S. (Org.). **Desenvolvimento econômico e social: mundo, Brasil, e nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2015.
- MAMIGONIAN, A. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), p.173-205, 2018.
- MAMIGONIAN, A. Visão Geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, n.1, p.7-44, 2019.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec e Polis, 1984.
- MONBEIG, P. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.11, n.116, 1953. p.455-465.
- MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Sectoral Deindustrialization and Long-Run Stagnation of Brazilian Manufacturing. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 43, n. 2 (172), p. 418-441, abr./jun., 2023.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas e efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política/Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 2 (118), p.219-232, abr./jun., 2010.
- RANGEL, I. M. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980a. 140p.
- RANGEL, I. M. As crises gerais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 71, nº22.913, 27 dez 1991, Dinheiro, p.2.
- PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945. 318pp.
- PETRONE, P. As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão, São Paulo, **Boletim Paulista de Geografia**, n.14, jul. de 1953.
- MATTOS, D. L. de. Os fatores da industrialização de São Paulo, São Paulo, **Anais da AGB**, V. IX, Tomo I, 1957.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Paul Hirst e Grahame Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- SANTOS, M; Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMONSEN, R. C. **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1939.
- WAIBEL, L. As zonas pioneiras no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.17, n.4, 1955, p.389-422.
- WHEEN, F. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.